

# 1

## CONJUNTURA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E OS SEUS IMPACTOS NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL: notas sobre o campo da ciência e tecnologia\*

*Regina Célia Tamaso Mioto  
Solange Maria Teixeira*

### **Introdução**

O debate sobre a conjuntura da pós-graduação e os seus impactos na área do Serviço Social passa necessariamente pela consideração de duas instituições centrais na formação em nível de pós-graduação no Brasil que são a CAPES e o CNPq. Portanto, não é por acaso que estão participando desse debate docentes pesquisadores da área de Serviço Social que, no momento, ocupam posições no quadro organizacional destas instituições. Particularmente, é a partir do lugar que ocupamos como membros do comitê assessor da área de Psicologia e Serviço Social no CNPq que nossas contribuições se demarcam no campo da ciência e da tecnologia. Como é do conhecimento geral o CNPq é a fundação pública estruturante do processo de desenvolvimento da ciência e tecnologia no país. Fundado em 1951 veio materializar a ideia construída pelos cientistas brasileiros desde 2019, com a Associação Brasileira de Ciência, de criar uma agência de fomento à pesquisa no país.

A sua trajetória desde sua criação foi permeada por altos e baixos, mas sempre esteve umbilicalmente associado ao desenvolvimento e institucionalização da ciência e tecnologia no Brasil. Por isso, os mais expressivos cientistas e pesquisadores brasileiros se vinculam a sua trajetória para o cumprimento de sua finalidade que é a de “[...] promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência e tecnologia”(BRASIL, 2002). Atualmente está vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e organiza-se em diretorias, a partir de sua presidência. Dentre as diretorias estão aquelas que agrupam as áreas e sub-áreas de conhecimento que sustentam a pesquisa e a produção de conhecimento no país. Nesse contexto, o Serviço Social, como área de conhecimento, teve seu reconhecimento no CNPq na área das ciências sociais aplicadas nos anos de 1980 e vincula-se a diretoria de Ciências Humanas e Sociais. Nesta diretoria participa do Comitê de Assessoramento Psicologia e Serviço Social.

---

\*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.25-40

Este Comitê, assim como todos os demais, tem a função de prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos à sua área de competência, bem como na apreciação das solicitações de bolsas e auxílios.

O Serviço Social, desde o seu reconhecimento como área de conhecimento, passou a contar com significativa contribuição do CNPq no fomento à pesquisa e a formação de pesquisadores. Portanto, o desenvolvimento científico da área está altamente vinculado à capacidade do CNPq, através de sua política institucional, em atender as demandas do Serviço Social. É justamente o reconhecimento da diminuição crescente das possibilidades das instituições de pesquisa atenderem as demandas das ciências que compõem o Colégio de Humanidades, como as áreas Humanas e Sociais, dentre elas as do Serviço Social, especialmente demandas e expectativas da área para o desenvolvimento científico comprometido com seu projeto ético-político que a discussão se coloca. Para participar dela as nossas observações se direcionam a partir de dois eixos. O primeiro relaciona-se a conjuntura histórica da produção do conhecimento, a partir da qual destaca-se alguns aspectos que demarcam o momento atual no campo da ciência e tecnologia e o segundo trata dos impactos para a área de Serviço Social.

## **Considerações sobre a conjuntura brasileira no campo da ciência e tecnologia**

Sobre a conjuntura desastrosa que vivemos hoje no campo da pós-graduação e da pesquisa não é nada nova a afirmação de que ela é fruto do contexto de um país que se insere periféricamente no âmbito do capitalismo mundial, que atravessa mais uma de suas crises cíclicas. Talvez a mais grave delas e na qual a barbárie chega a níveis não imaginados até alguns anos atrás.

Para entender os rumos das agências de fomento à pesquisa no Brasil, precisamos fazer uma análise que envolve dois momentos entrelaçados: i) movimento externo e mais amplo das relações entre estrutura e conjuntura, modelo de acumulação e de regulação social e o lugar da ciência e da tecnologia; ii) movimento interno de ajuste estrutural à economia globalizada, à nova ordem mundial de maneira subordinada/dependente que o país se insere desde os anos de 1990.

No primeiro movimento, é preciso situar a conjuntura de crise cíclica/sistêmica do capitalismo (1970 e de 2008) e o recrudescimento das saídas neoliberais ortodoxa/ultraneoliberais e neoconservadora de extrema direita. Desde então, e mais especificamente pós-2008 ocorre o que Dardot e Laval (2016) vão denominar de virada neoliberal, em que o neoliberalismo não

se configura apenas como uma política econômica, uma ideologia, mas uma nova racionalidade que chega a todos os níveis da vida social e gera subjetividades baseada na primazia do mercado e da competição. Trata-se na leitura marxista de uma atualização da superestrutura, adequada para reproduzir a ordem posta pelo atual modelo de acumulação capitalista flexível, financeirizado, globalizado e neoliberal que criou o terreno da ascensão da extrema direita.

A “Nova Direita” e sua versão mais extremada, segundo Brown (2019) decorrente dos ressentimentos em torno das políticas de inclusão social, de igualdade e respeito às diferenças, e perda de supremacia branca, masculina, cristã cria espaços para extrema direita, marcada pela combinação de libertarismo, moralismo (valores tradicionais conservadores), autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo que se somam ao neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão ao trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade (BROWN, 2019).

Uma característica dessa extrema direita são os ataques a ciência e a razão, a racionalidade; rejeitam afirmações baseadas em fatos, na argumentação racional, na credibilidade e responsabilidade (BROWN, 2019), assim como o igualitarismo, o estatismo, as políticas de inclusão. Sua expansão ataca também segundo Chauí (2019) duas dimensões da democracia: a social-democracia (políticas universalistas e o politicamente correto) e os regimes políticos democráticos (abertos demais às pressões populares, ao controle social).

Adorno e Horkheimer (1985), anos antes da referida crise cíclica/sistêmica, já haviam denunciado que o capitalismo monopolista tardio, tinha transformado a ciência e a técnica/tecnologia em uma ideologia, a serviço do capital, do aumento da produtividade, do ritmo de trabalho, da sujeição do trabalhador e de sua autonomização dos processos sociais. Uma condição em que o mercado e a competição compõe o modelo de normatividade de vida e de relações sociais. Dessa forma, conseqüentemente, os usos e apropriações da tecnologia e do saber se movem pelos interesses do grande capital e reproduzem desigualdades e assimetrias.

Nesse contexto, segundo Neder (2017, p. 6) a tecnologia está entre os determinantes que levam a situações estruturais de desigualdade na reprodução das classes e na estratificação a sociedade brasileira. Isso acontece à medida que ela exige “[...] operadores tecnológicos cujas identidades, contextos socioeconômicos e conjuntos de interesses” que reproduzam decisões e retroalimentem as “assimetrias sociais preexistentes”. Para o autor a (re)produção social da desigualdade amplificada (larga escala) no conjunto das relações sociais se realiza também mediante os dispositivos tecnológicos, que sob a égide do determinismo tecnológico e da neutralidade legitimam novas formas de desigualdade.

As saídas das crises são sempre acompanhadas de avanços técnico/tecnológicos e sua centralização e concentração e de busca de renovadas políticas de investimentos em pesquisas. O que deixa a mostra as contradições, pois justamente no momento em que o conhecimento, as inovações e os processos tecnológicos passam a ser condição de desenvolvimento econômico e este desenvolvimento econômico se torna o condicionador da própria produção do conhecimento.

O segundo movimento é o que ocorre na periferia do sistema capitalista e em países, como o Brasil, e o lugar que a ciência e a tecnologia ganha, mas especialmente, a inovação e as tecnologias, ou seja, o movimento interno de ajuste estrutural à economia globalizada, à nova ordem mundial de maneira subordinada/dependente. A periferia sempre utilizou o recurso da superexploração da força de trabalho para equalizar as perdas na balança comercial com os países desenvolvidos e utilizou largamente tecnologia obsoletas destes, em momentos que eles investiam em novas tecnologias. O ajuste estrutural à nova ordem mundial tem a longo prazo promovido processos de reprimarização da economia (economia das *comodities*), desindustrialização, renovação dos mecanismos de superexploração e coloca a necessidade premente para a burguesia brasileira de desenvolver inovações e tecnologias, via direcionamento das agências públicas de fomento à pesquisa, pressionando por seu redirecionamento para atender aos interesses do capital.

Assim, a raiz da compreensão do problema nos remete a essa conjuntura que começou a ser gestada nos anos de 1970, com novas dimensões a partir de 2008, com a crise financeira mundial, quando se desencadeou no campo econômico a integração, sem precedentes, de mercados e o aumento exponencial das possibilidades de comunicação nos campos científico-tecnológico e da cultura. Com isso se alterou substancialmente as relações políticas, que trouxeram outra configuração às relações entre as economias, as sociedades e os Estados Nacionais. A partir de então, instaura-se uma nova forma de produzir conhecimento marcado pela parceria entre universidades e empresas onde as vantagens e os ganhos comerciais passam a jogar papel importante na produção do conhecimento científico e tecnológico, no capitalismo central e no periférico.

Nesse contexto a condução e implementação das relações entre empresa e universidade será gerida pelo Estado que passa a desempenhar papel importante tanto na regulação dessas relações como na indução de programas de pesquisa que venham atender tanto os interesses dominantes como a solução de problemas da sociedade.

Assim, instaura-se um novo modo de produção do conhecimento através da articulação entre Estado, universidade e empresa o qual foi denominado por Trigueiro (1999 *apud* SILVA *et al.*, 2005) como tripla hélice.

Este novo modo de produção do conhecimento implica na afirmação da lógica utilitarista no âmbito da pesquisa e da formação de pesquisadores, configurando um novo modo de organização da universidade. Essa nova configuração foi amplamente debatida por Chauí (2003) sob a denominação de universidade operacional. Para autora esta universidade se define e se estrutura “[...] por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual” (CHAUI, 2003, p. 7), se torna pragmática na busca de inovação e desenvolvimento tecnológico.

No Brasil esta nova lógica foi sendo incorporada cada vez mais na condução das políticas de ciência e tecnologia do país afetando progressivamente as configurações das agências envolvidas na produção do conhecimento e na formação de pesquisadores. Ou seja, no reforço da pesquisa centrada na acumulação da riqueza e no conhecimento se afirmando cada vez mais como mercadoria. Tal tendência vai sendo impressa na realidade brasileira e, mesmo nos governos petistas, a questão do financiamento da ciência e tecnologia será problemático. Nesse período não se pode desconsiderar a Lei de Inovação Tecnológica. Esta Lei (10.973/2004) de 2 de dezembro de 2004, complementada pela Lei nº 11.196 de 21/11/2005, conhecida como Lei do Bem, passa a permitir a subvenção econômica e isenção fiscal às empresas que realizarem atividades de pesquisa visando a inovação tecnológica, através apenas de uma auto-declaração. Particularmente no campo das ciências, de acordo com Viana (2005), vai se fortalecendo o empiricismo na pesquisa social onde a descrição empírica da realidade substitui a elaboração de teorias explicativas que desvelam as causas estruturais dos fenômenos

Assim, ao longo do tempo, foram se acirrando o caráter contraditório das relações entre ciência e sociedade, que se expressam em intensos debates na sociedade brasileira, conduzidos por intelectuais e entidades que sempre defenderam o conhecimento como bem público e comprometido com a sociedade.

Porém, o golpe parlamentar de 2016 será o grande ponto de inflexão da conjuntura atual brasileira. A configuração do governo de Michel Temer mobilizado pela agenda neoliberal para imposição da política de austeridade, consegue aprovar a Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos. A aprovação dessa Emenda repercute drasticamente no financiamento da ciência e da tecnologia no país, ao mesmo tempo em que se promove o enfraquecimento da política de ciência e Tecnologia no país. Essa realidade se agrava ainda mais com a ascensão da extrema-direita no país e os ataques à ciência, especialmente, às ciências Humanas e Sociais, o corte de recursos da pesquisa e pós-graduação, os contingenciamentos como pretexto para redirecionar o uso dos recursos para as áreas duras, que geram inovação e tecnologias e eliminar o pensamento crítico do campo científico.

Aquele enfraquecimento da política de ciência e tecnologia, de acordo com o manifesto assinado por inúmeras associações científicas (DINIZ, 2016), vem se realizando em várias ações, como a que promoveu a fusão dos ministérios da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações. Conforme foi expresso pela Academia Brasileira de Ciência (ABC), Sociedade Brasileira de Ciência (SBPC), dentre outras, há grande diferença de procedimentos, objetivos e missões entre os dois ministérios. Ou seja, enquanto o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) tem como responsabilidade circunscrita a formulação e implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) incorpora o papel de promover as áreas estratégicas e aproximar o setor industrial do conhecimento científico para estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação. Nesse sentido argumenta-se que enquanto a agenda do MCTI é guiada pelos critérios de mérito científico e tecnológico, que implica o desenvolvimento de Programas com avaliação de comissões técnicas, o Ministério das Comunicações se move no terreno das relações políticas e práticas de gestão não compatíveis com o cotidiano institucional do MCTI (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA *et al.*, 2016).

Assim, a junção dessas atividades díspares em um único ministério enfraquece o setor de ciência, tecnologia e inovação. Situação oposta ao que ocorre em outros países em que no contexto de uma economia mundial crescentemente baseada no conhecimento como motor do desenvolvimento, prevalece a tendência de fortalecimento desse setor em todas as áreas.

Percebe-se que desde a instauração do governo de Jair Bolsonaro, a lógica da política de ciência e tecnologia no país para atender o mercado é claramente assumida. De forma concomitante se promove o desmonte da pesquisa, como uma política de Estado, desenvolvida no campo das instituições públicas. Nesse processo quatro aspectos merecem destaque. Dentre eles está o desfinanciamento da pesquisa no Brasil, que é notável no CNPq considerando a queda brutal de seu orçamento.

A crise econômica, política e sanitária, segundo Mendes e Behring (2020), tem sido o escudo para justificar o ataque e o descaso em relação à Ciência e à educação. Uma tentativa de despolitizar a redução de recursos públicos e o redirecionamento do uso destes.

Neste contexto, a ascensão da extrema direita no Brasil, acentuou processos do ultraneoliberais, tais como: i) desfinanciamento/redução de recursos públicos para as políticas sociais e para a Ciência e Tecnologia. Pretexto para usar a escassez de recursos como argumento para a priorização de determinadas áreas de produção de conhecimento; ii) redirecionamento dos recursos existentes para áreas prioritárias e estratégicas na perspectiva de desenvolvimento adotada (seletivo e ampliador das desigualdades sociais e

assimetrias), ou seja, na perspectiva das tecnologias redefinindo a política de fomento à pesquisa e de pós-graduação; iii) ataque e desfinanciamento das Ciências Humanas e Sociais e seu ajuste ao modelo de produção de conhecimento ancorado nas tecnologias.

Em relação ao desfinanciamento do CNPq, destaca-se que em 2014, o orçamento da agência era superior a 3 bilhões, sendo 1 bi destinado à rubrica “Fomento a Projetos, Programas e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento”. Em 2020, o valor global caiu para 1,2 bilhão, sendo que apenas 900 milhões foram destinados na lei orçamentaria anual, e a quantia reservada ao fomento foi de ínfimos 16 milhões. Preocupação maior está no orçamento de 2021 que ainda não foi votado no Congresso Nacional<sup>1</sup>. O Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2021 indica uma realidade trágica para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à medida que prevê pouco mais de 560 milhões. Com esta previsão o órgão teria garantido menos da metade que o 1,2 bilhão de verba mínima para assegurar seu funcionamento, incluído o pagamento de bolsas de estudos durante todo o ano (ANPG, 2020). Além disso, no momento em que este texto está sendo escrito coloca-se o problema do corte sobre a cota de importações para equipamentos e insumos para a pesquisa<sup>2</sup>.

O impacto desse contexto atinge frontalmente o campo das ciências humanas e sociais, considerando o enquadramento do financiamento da pesquisa operada pelo CNPq às diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, conforme a portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020 (BRASIL, 2020). Nesta portaria define-se que são prioritários os projetos voltados para a área de Tecnologias: I- Estratégicas; II - Habilitadoras; III - de Produção; IV - para Desenvolvimento Sustentável; e V - para Qualidade de Vida. Não por acaso nessa portaria observa-se o apagamento de qualquer referência às ciências humanas e sociais.

Outros aspectos a serem considerados é o desmonte das agências de fomento à pesquisa e pós-graduação (CAPES, CNPq), através de proposta de fusão e reconfiguração dessas agências e de reforma administrativa do Estado. Esta implica sobremaneira na gestão das carreiras e na estabilidade do funcio-

---

<sup>1</sup> A previsão é que sua votação ocorra em fevereiro de 2021.

<sup>2</sup> Segundo dados fornecidos pelo CNPq, considerando o anúncio do governo sobre cortes em cota de importações, particularmente as importações de equipamentos e insumos para pesquisa seriam cortadas na 68,9% em relação a 2020. Isso comprometeria cabalmente o desenvolvimento científico brasileiro, particularmente as pesquisas relacionadas a COVID19 da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto Butantã (SASSINE, 2021). Essa situação já está sendo revista, diante do impacto causado, porém não deixa de explicitar a incompetência na gestão do MCITC.

nalismo público, cuja defesa é pautada no amplo apelo a meritocracia e a sua justificativa na contenção de gastos e a eficiência do Estado. Além dos aspectos já enunciados não pode deixar de ser destacado o desenvolvimento de uma política de morte para as universidades públicas e o carreamento de recursos públicos para a iniciativa privada.

Todas essas mudanças ou propostas de mudanças vão ocorrendo num contexto em que prevalece a desqualificação e negacionismo da ciência, o de cancelamento das ciências humanas e sociais, o ataque à autonomia universitária e à liberdade acadêmica, na qual se inclui perseguição a acadêmicos. Além de afirmações infundadas no próprio núcleo do governo Bolsonaro. Nesse núcleo tem a proliferação as teorias conspiratórias e o forte negacionismo da ciência que se explicitou drasticamente com o advento da pandemia da Covid-19.

Podemos dizer que as tendências no financiamento apontam: i) Elitismo presente na priorização das ciências duras que geram inovação/patentes, e propostas de fusão de programas especialmente das ciências humanas e sociais, financiamento de bolsas para programas de excelência; ii) Desfinanciamento e deslegitimação do conhecimento produzido nas Ciências Humanas e Sociais (desfinanciamento de seus eventos científicos; bolsas de pós-doutorado, pesquisador visitante, bolsa de produtividade. Para se ter uma ideia dessa lógica em 2019 foi cedida apenas uma bolsa de pós-doutorado para o Serviço Social e nenhuma bolsa de pesquisador visitante) iii) Centralidade nas áreas tecnológicas e de inovação, pois podem gerar patentes, novas tecnologias para o mercado.

Todavia, as críticas, as oposições, as resistências e as lutas não cessaram e se avolumam e se expressam de diferentes maneiras. Dentre as resistências e manifestações no âmbito da ciência e tecnologia, particularmente relacionadas ao CNPq destacam-se as manifestações da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) que vem promovendo inúmeros atos e publicações. Em 2019 lançou edição do Cadernos da SBPC debatendo a política de ciência, tecnologia e inovação brasileira e apresentando as manifestações da comunidade científica, dentre elas a *hastag* “SOMOS TODOS CNPq” que alcançou mais de um milhão de assinaturas (SBPC, 2019).

No âmbito dos sindicatos e associações engajados na defesa do CNPq está o Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (SindGCT), a AS-CON (Associação dos Servidores do CNPq) e também a Associação Nacional de Pós- Graduandos (ANPG). Esta última associação vem mobilizando fortemente o debate nesse contexto e lançou em agosto de 2020 o Plano Emergencial Anísio Teixeira como um plano de reconstrução nacional através da ciência,



onde além da análise da conjuntura científica no país encaminha sua proposta<sup>3</sup>. Destaque especial também deve ser dado a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) que tem se posicionado na defesa da ciência, das entidades científicas e da área de conhecimento<sup>4</sup>. Soma-se a estas outras tantas organizações e manifestações entidades e fóruns que reúnem pesquisadores e docentes, dentre os quais destaca-se a ABEPSS, outros movimentos para além do mundo científico e acadêmico.

## **A conjuntura atual e a área de Serviço Social**

Como é do conhecimento geral, o Serviço Social, enquanto área de conhecimento, começa a se estruturar a partir dos anos de 1970, com a abertura dos cursos de pós-graduação e o seu reconhecimento atravessa os anos de 1980. Sobre isso não pode deixar de ser assinalado que esse processo acontece em meio a uma intensa interlocução com o movimento da sociedade brasileira em direção à democracia e aos direitos sociais. É nesse movimento que o conhecimento vai sendo produzido e que a área vai se legitimando como interlocutora no campo das ciências sociais, especialmente pelas suas contribuições no debate da política social. Tal conhecimento é que vai lhe possibilitar também um diálogo mais municiado e consistente com os defensores do “produtivismo econômico” e da tecnocracia brasileira (KAMEYAMA, 1998; IAMAMOTO, 2004; SIMIONATTO, 2005).

Diante dessa história, os impactos dessa conjuntura não são triviais para a área de Serviço Social considerando que em primeiro lugar ela desafia a continuidade de estudos que levem a compreender a lógica do capitalismo contemporâneo, que tanto afeta o mundo do trabalho e a política social brasileira, particularmente seu sistema de proteção social. Estudos que privilegiem o aprofundamento sobre o ideário neoliberal/conservador e a sociabilidade que se assenta sobre suas bases, ampliando a desigualdade social e despolitizando a questão social (YAZBEK; SILVA, 2005) são alvo de pesquisas e debates na área, mas que tem sua continuidade e aprofundamentos ameaçados pelos ataques e desfinanciamentos das ciências Humanas e Sociais.

Nessa perspectiva, a atual conjuntura ameaça tanto através do desfinanciamento da pesquisa como quanto pelo cancelamento que as ciências humanas, sociais e sociais aplicadas vem sofrendo, condicionado pela pauta

---

<sup>3</sup> Ver: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS. O plano emergencial Anísio Teixeira 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1QTx8exupcTXLDWdS4WsOwo7ioYqI87s\\_/view](https://drive.google.com/file/d/1QTx8exupcTXLDWdS4WsOwo7ioYqI87s_/view). Acesso em: 27 jan. 2021.

<sup>4</sup> Informações mais detalhadas sobre o debate e manifestações da ABEPSS podem ser buscadas em outros textos dessa coletânea.

conservadora dos costumes que move o projeto de cunho neoliberal e neoconservador vigente no país<sup>5</sup>. Porém, esse acirramento em torno da desqualificação das ciências humanas e sociais nessa conjuntura não é uma novidade no campo da ciência. Isto porque historicamente, particularmente no Brasil, não é possível desconsiderar o fosso epistêmico que existe entre a formação das carreiras de ciências sociais e humanidades, e a formação das carreiras em ciências duras. Um fosso que se mantém à custa de um padrão constante de apartamento entre as políticas de produção tecnológica e a produção de conhecimento (NEDER, 2017).

Além disso, o impacto dessa conjuntura se avoluma à medida que somos uma área de conhecimento jovem, quando comparada a outras áreas do conhecimento e isso condiciona o seu tamanho na disputa de recursos para a pesquisa. Mendes e Almeida (2014) ao analisarem as tendências da pesquisa no Serviço Social avaliaram que dentre os fatores que repercutem na distribuição dos recursos financeiros disponibilizados pelo CNPq para os pesquisadores, em termos quantitativos, está a frágil relação entre a demanda da área e o acesso aos recursos pelos pesquisadores. Isso ocorre, segundo as autoras, dada a lógica gerencial que preside o processo de distribuição de recursos. Uma lógica que condiciona os recursos a serem distribuídos à quantidade de demanda encaminhada pelas áreas ao CNPq.

Sem dúvida aquele critério alimenta o ciclo, pois, áreas mais consolidadas e com maior número de pesquisadores tendem a apresentar maior volume de solicitações nos editais do CNPq e conseqüentemente obtêm maior volume de recursos. Na esteira dessa análise as autoras discutiram também a distribuição de recursos dentro do Comitê ao qual pertence o Serviço Social que é o Comitê Psicologia e Serviço Social. Assim conseguiram demonstrar a fragilidade da área pela disputa de recursos quando se defronta com uma área de longa história e com número muito maior de pesquisadores.

Sobre essa situação é ilustrativo o percentual de bolsas de iniciação científica que coube a área de Serviço Social. Do total de 27.118 bolsas, o Serviço Social obteve 172 que corresponde a 0,71% do total, enquanto a Psicologia coube 628 bolsas (2,32%). A discrepância aumenta quando se

---

<sup>5</sup> O aprofundamento da discriminação em torno das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas no âmbito das agências de fomento vem se intensificando e tem exigido articulação entre pesquisadores dessas áreas nas suas agremiações para se contrapor e resistir aos ataques que vem sofrendo. Além das organizações por áreas de conhecimento, como a ABEPSS, merece destaque o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Este fórum “articula as sociedades científicas de diversas naturezas que representam os pesquisadores e as pesquisadoras das áreas e sub áreas que compõem essa Grande Área de Conhecimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia brasileiro. Seu objetivo principal é o debate e a tomada de posição sobre os temas relativos às políticas e às práticas de pesquisa que afetam os (as) pesquisadoras, a comunidade científica e a sociedade brasileira” (FÓRUM DAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS, s.d.)

compara com áreas das chamadas ciências duras, como a Química por exemplo que ficou com 1.236 bolsas de iniciação científica em 2019, que equivale a 4,56% do total. Considerando bolsas de mestrado também no ano de 2019 temos o total de 8.187 distribuídas pelas mesmas três áreas da seguinte forma: 58 bolsas (0,71 do total) para o Serviço Social; 250 (3,05 do total) para Psicologia e 351 para Química (4,29% do total). No mesmo ano de 2019 das 9.028 bolsas de doutorado foi concedida 23 bolsas (0,18% do total) ao Serviço Social, a Psicologia também 23 bolsas (0,18% do total) e a Química 43 (7,93% do total). Com referência as bolsas de produtividade científica em 2019 temos 84 bolsas destinadas ao Serviço Social (0,53% do total), 313 (1,99% do total) concedidas à Psicologia e 712 à Química que corresponde a 4,53% do total de bolsas. Finalmente em relação aos projetos de pesquisa, a relação praticamente se mantém a mesma entre as três áreas. De um total de 6.945 projetos qualificados o Serviço Social recebeu financiamento para 24 que corresponde a 0,35% do total. A Psicologia obteve financiamento para 69 (0,99%) e a Química para 311 (4,48% do total) (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, s.d.).

Afora todos esses impactos que a conjuntura atual tem para a área de Serviço Social não pode ser desconsiderado o fato que somos uma área composta majoritariamente por mulheres. Justamente nesse momento não se pode desprezar as desigualdades de gênero que vem sendo escancaradas no contexto da pandemia da COVID-19, que se cruza com as desigualdades de classe, étnicas/raciais e geracionais. De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) um dos legados da pandemia é o aprofundamento das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, considerando que as mulheres representam três quartos do trabalho não remunerado no mundo, ou seja, trabalhos domésticos, cuidados reprodutivos e com familiares (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2016).

Na produção do conhecimento a diferença entre mulheres e homens é marcante. Segundo os dados publicados pela ANPG (2020, p. 6) verifica-se que entre docentes sem filhos, 40% das mulheres não concluíram seus artigos, contra apenas 20% dos homens. Já para os docentes que possuem filhos, 52% das mulheres não concluíram seus artigos, contra 38% de homens. Entre pós-doutorandas, a proporção daquelas que não conseguiram submeter artigos foi de 50,8% de mulheres sem filhos, contra 32,4% de homens sem filho. E de 66% mulheres com filhos, contra 41,6% de homens com filhos. Na pós-graduação, a proporção entre pós-graduandos que não conseguem trabalhar remotamente é de 65,9% de mulheres sem filho, contra 58,9% de homens sem filhos. E de 89% de mulheres com filhos, contra 79,4 de homens com filhos.

É claro que não é possível deixar de apontar que essa situação é agravada quando é considerada a raça. Nos dados apresentados pela ANPG

(2020, p. 6) verificou-se que a conclusão de artigos entre docentes é de 47.3% entre as mulheres negras em contrapartida a 50,1% das mulheres brancas. Quando considerados os homens temos a proporção de 70,4% entre os brancos contra 63,2% entre os negros.

Enfim, trata-se de uma conjuntura com impactos consideráveis e sem precedentes no campo da ciência brasileira. Essa situação se configura de forma mais grave para a área das ciências humanas e sociais e tem repercussões alarmantes para o Serviço Social. Uma área jovem, ainda pequena, formada majoritariamente por mulheres e que tem se pautado num projeto ético-político contra hegemônico às forças hoje dominantes.

## **Considerações Finais**

Tendo em conta as considerações efetuadas fica nítido que se trata de uma conjuntura extremamente difícil, senão assustadora, para a ciência e tecnologia do país e especialmente para a área de Serviço Social. Uma área que compartilha do entendimento que a produção do conhecimento é histórica, constitui-se como elemento fundamental na construção dos destinos da humanidade e seus produtos são bens de toda a humanidade e devem ser usufruídos por todos e todas.

Portanto, a conjuntura atual representa para o Serviço Social um momento bastante crítico para o seu desenvolvimento à medida que se alargam as distâncias entre seu projeto ético político e o projeto de ciência e tecnologia que se impõe a partir do golpe parlamentar de 2016. Um projeto que implica uma acelerada refuncionalização das agências de fomento à pesquisa e a formação de pesquisadores e as universidades para o atendimento da lógica capitalista.

No entanto, não se pode esquecer que as relações entre ciência e sociedade se desenvolvem de forma contraditória e isso nos convida, conectados aos movimentos da sociedade brasileira, a resistir na defesa de uma política de ciência e tecnologia amparada nos princípios éticos do projeto profissional. Isto é, de acordo com Yazbek e Silva (2005), na produção e na aplicação do conhecimento em prol da redução da desigualdade social, do enfrentamento à pobreza, do acesso de todos a bens e serviços que garantam uma vida digna e a construção e fortalecimento da organização das classes subalternizadas, para que o controle social das políticas públicas e da política econômica seja desenvolvido de baixo para cima.

## Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC) et al. **O MCTI é o motor do desenvolvimento nacional**. UNIFESP. Disponível em:

<https://www.unifesp.br/boletins-antiores/item/2140-o-mcti-e-o-motor-do-desenvolvimento-nacional?tmpl=component&print=1>. Acesso em: 28 jan. 2021.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUANDOS (ANPG). **Para cumprir teto de gastos, governo corta pela metade orçamento do CNPq na LOA/2021**. ANPG.

<https://www.anpg.org.br/09/09/2020/para-cumprir-teto-de-gastos-governo-corta-pela-metade-orcamento-do-cnpq-na-loa-2021/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUANDOS (ANPG). **Plano Emergencial Anísio Teixeira**. ANPG. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1QTx8exupcTXLDWdS4WsOwo7ioYqI87s\\_/view](https://drive.google.com/file/d/1QTx8exupcTXLDWdS4WsOwo7ioYqI87s_/view). Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br>. Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005**. Dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm). Acesso em: 7 dez. de 2021.

BRASIL. **Lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm). Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República - Casa Civil. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24,V1 p. 5-15, set./out./nov./dez. 2003.

CHAUÍ, M. **Marilena Chauí: o que é a “nova” ultradireita?** Outras Palavras. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/marilena-chau-i-o-que-e-a-nova-ultradireita/>. Acesso em: 8 dez. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Projetos e bolsas em vigência**. Disponível em: <http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 7 nov. 2021.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, M. Entidades científicas são contra o fim do Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plataforma de Política Social**, ano 9, 27/05/2016. p.01. Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/entidades-cientificas-sao-contra-o-fim-do-ministerio-da-ciencia-e-tecnologia/>. Acesso em: 8 nov.2021.

FÓRUM DAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS. s.d. **Quem somos nós**. BLOG DO FÓRUM DAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS. Disponível em: <https://blogfchssa.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em: 7 dez. 2021

IAMAMOTO, M.V. A produção de Conhecimento no Brasil. *In*: XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2004, Porto Alegre. **Anais**. CD ISBN 85-89252-07-8,PUCRS, Porto Alegre: RS, 2004. p. 11-13.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção do conhecimento em Serviço Social: Avanços e Tendências (1975-1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 8, p 18-26, 1998.

MENDES, J. M. R.; ALMEIDA, B. L. F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 640-661, out./dez. 2014.

MENDES, J. M. R.; BEHRING, E. R. Tendências e Tensões da pesquisa e da pós-graduação na área do Serviço Social no CNPq. *In*: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. L. B. (org.). **Serviço Social: Formação, Pesquisa e Trabalho Profissional em Diferentes Contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 87-113.

NEDER, R. Produção social da tecnologia, desigualdade e a nova sociologia da tecnologia. **Revista Ciência & Tecnologia Social**, Brasília, v.6 1-32, 2017.

Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/cts/issue/view/1018/303>. Acesso em: 4 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **OIT**: desigualdades de gênero continuam grandes no mercado de trabalho global.

OIT Brasília. Disponível em:

[http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_458115/lang-pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_458115/lang-pt/index.htm).

Acesso em: 7 dez. 2021.

SASSINE, V. **Governo cortar benefícios fiscais para pesquisa científica e atinge projetos de Butantan e Fiocruz na pandemia**. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/governo-corta-beneficios-fiscais-para-pesquisa-cientifica-e-atinge-projetos-de-butantan-e-fiocruz-na-pandemia.shtml>?

[utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=twfolha](#). Acesso em: 8 dez. 2021.

SILVA, M. O. S.; BOMTEMPO, D. B. C.; ROSA, M. J. M.; MIOTO, R. C. T. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. *In*: BOMTEMPO, D. B. C.; SILVA, M. O. S. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2005. p. 69-113.

SIMONATTO, I. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. **Temporalis**, Recife, n. 9, ano 5, p. 51- 62, jan./jun. 2005.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA – SBPC. **A Política Brasileira de CT&I e as manifestações da SBPC**. São Paulo: Cadernos SBPC, 2019. Disponível em:

[http://portal.sbpcnet.org.br/wp-content/uploads/2019/12/cartilha\\_manifestos\\_SBPC\\_online.pdf](http://portal.sbpcnet.org.br/wp-content/uploads/2019/12/cartilha_manifestos_SBPC_online.pdf). Acesso em: 8 dez. 2021.

VIANNA, M. L. T. W. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 120-145, 2º sem. 2005.

YAZBEC, M. C.; SILVA, M. O. S. Das origens à atualidade da profissão: a construção da pós-graduação no Brasil. *In*: BOMTEMPO, D. B. C.; SILVA, M. O. S. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2005. p. 25-49.